Harmonisation, Quality Assurance and Accreditation in Africa
HAQAA3

Global Gateway

Co-funded by the European Union

African Union

SÉRIE HAQAA-3 DE DOSSIERS SOBRE POLÍTICAS relativas à Integração Continental e Regional no Ensino Superior em África

Dossier de Políticas n.3

# AS LÍNGUAS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL E CONTINENTAL AFRICANA NO ENSINO SUPERIOR

Rada Tirvassen

Dezembro 2023

*Nota: Os Dossiers de Política do HAQAA são escritos no âmbito do HAQAA-3, mas envolvem apenas os seus autores. Rada Tirvassen é Professora Emérita da Universidade de Pretória.*

*Os Dossiers são de acesso livre e podem ser distribuídos livremente. No entanto, de um ponto de vista epistemológico, são sempre "trabalhos em curso", abertos a críticas e revisões*

OBREAL

ASSOCIATION OF AFRICAN UNIVERSITIES
ASSOCIATION DES UNIVERSITES AFRICAINES
اتحاد الجامعات الأفريقية

DAAD Deutscher Akademischer Austauschdienst
German Academic Exchange Service

enqa.
European Association for Quality Assurance in Higher Education

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO ..... 2

A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA GLOBAL EM ÁFRICA E O PATRIMÓNIO MULTILINGUE .....**Error! Bookmark not defined.**

A RELAÇÃO ENTRE AS LÍNGUAS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL/REGIONAL .....**Error! Bookmark not defined.**

QUESTÕES A TER EM CONSIDERAÇÃO .....**Error! Bookmark not defined.**

PRESSUPOSTOS EM QUE SE PODEM BASEAR AS RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS .....**Error! Bookmark not defined.**

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS .....**Error! Bookmark not defined.**

NOVOS HORIZONTES: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL .....**Error! Bookmark not defined.**

# INTRODUCÃO

Este dossier de políticas representa uma primeira tentativa de analisar a ligação entre as línguas e a integração regional e/ou continental das instituições de ensino superior (IES) em África, no quadro mais amplo dos processos de integração regional ou continental. Parte-se do pressuposto de que nenhum quadro de colaboração que envolva uma colaboração de alto nível entre instituições de ensino superior pode ignorar as implicações culturais e, em particular, linguísticas do processo de colaboração. Há demasiados exemplos do fracasso da abordagem tecnicista que deixa de lado estas implicações culturais. De facto, a Estratégia de Educação Continental da União Africana para África (CESA) 2016 - 2025, que visa o desenvolvimento de recursos humanos de qualidade, sublinha a importância dos valores fundamentais africanos para que a visão da União seja alcançada.

# A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA GLOBAL EM ÁFRICA E O PATRIMÓNIO MULTILINGUE

Este dossier tem em conta a situação linguística global em África. É sabido que África é o continente mais diversificado em termos de línguas. Estima-se que existam cerca de 2.000 línguas diferentes faladas no continente africano e que estas constituam um terço de todas as línguas faladas no mundo. Dito isto, a situação pode variar de um país para outro: Os Camarões têm uma população de cerca de 27 milhões de habitantes, com mais de 250 línguas diferentes faladas como primeira língua, a par do inglês e/ou do francês. Por outro lado, mais de 99% dos ruandeses falam kinyarwanda, uma língua bantu e a língua materna do país, mas o país tem três outras línguas oficiais, nomeadamente o francês, o inglês e o suaíli.

Em termos de política linguística, a situação é também, evidentemente, muito complexa. Por exemplo, após o desmantelamento do sistema de apartheid na África do Sul, as 11 línguas faladas pelos diferentes grupos populacionais foram declaradas línguas oficiais na Constituição de 1996, mas tal seria impossível nos Camarões e, em particular, na Nigéria, onde são faladas 525 línguas nativas. Outros países seguiram uma abordagem diferente, nomeadamente aqueles, como as Maurícias, que foram colonizados pelos britânicos e que optaram por não adotar uma política linguística oficial "*de jure*".
É neste contexto sociolinguístico complexo que serão discutidas as decisões relativas às línguas e a sua ligação com a integração regional ou continental das IES. Para terminar esta secção com uma nota muito positiva, **deve sublinhar-se que o continente africano tem uma vasta tradição histórica de gestão do multilinguismo, tanto para a comunicação oficial como para a integração social.**

# A RELAÇÃO ENTRE AS LÍNGUAS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL/REGIONAL

Este documento não tem por objetivo propor um "modelo" para os processos de tomada de decisão relativos ao papel e às funções que as línguas podem e devem, efetivamente, desempenhar no que diz respeito à integração regional no ensino superior. Em vez disso, começa por identificar um certo número de questões que devem ser tidas em consideração se os

responsáveis pelo projeto decidirem examinar a questão das línguas tendo em vista as orientações políticas que podem ser fornecidas aos decisores no continente. Uma vez examinadas estas questões, serão feitas algumas recomendações com base em determinados pressupostos que serão apresentados.

## QUESTÕES A TER EM CONSIDERAÇÃO

1. Tendo em conta a quantidade de recursos (tanto humanos como técnicos) necessários para a criação de redes regionais e continentais, seria viável, exequível e, mais importante ainda, politicamente aceitável adotar uma língua como principal meio de cooperação continental para todas as IES do continente? Uma resposta adequada a esta questão é importante devido às afirmações discutíveis feitas por certos investigadores. Por exemplo, Hernández-Carrion (2011) afirma que a continuação do processo de reforma, iniciado nos países da União Europeia, após a implementação do Processo de Bolonha, implica a necessidade de aceitar a expansão da língua inglesa. Seria este posicionamento compatível com o atual combate pela descolonização no continente africano? O que é que isso implicaria para os países sem tradição anglófona? A resposta parece claramente negativa: O projeto (falhado) de anglicização do sistema educativo de Madagáscar, nos anos 90, pode servir de exemplo das dificuldades insuperáveis de uma tal abordagem.

2. Partindo do princípio, com base nas respostas às questões colocadas no parágrafo anterior, de que os decisores africanos não estão dispostos a suportar todos os custos técnicos, humanos, educativos e sociais da passagem a uma política linguística monolingue em África, e que é muito mais aconselhável uma política multilingue devido às suas numerosas vantagens, seria possível identificar uma série de línguas transfronteiriças que favorecessem uma integração regional e continental estratégica? Qual seria o sentido exato e o alcance a dar a esta política linguística multilingue? Pode valer a pena discutir estas questões com as diferentes partes interessadas envolvidas nas IES africanas.

3. Em particular, em que medida o inglês, o francês, o português e o árabe (o árabe clássico ou uma das suas variantes dialectais utilizadas no Norte de África) poderão facilitar a integração regional (com o inglês a servir de língua instrumental para uma cooperação continental estratégica orientada)?

4. No que diz respeito à gestão dos intercâmbios administrativos e técnicos (não académicos), será conveniente adotar uma fórmula linguística única para todas as instituições ou será possível uma política bi-ou trilingue? Quais seriam as implicações, em termos de custos, das diferentes decisões susceptíveis de ser tomadas?

As questões levantadas podem constituir a base das decisões de política linguística relacionadas com a integração regional ou continental das IES. Embora a natureza e a extensão da colaboração determinem as implicações linguísticas a ter em consideração, propõe-se que seja evitada uma abordagem de cima para baixo e não flexível, uma vez que as questões linguísticas são particularmente sensíveis e podem ter implicações de custos visíveis e invisíveis.

# PRESSUPOSTOS EM QUE SE PODEM BASEAR AS RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

- **A língua: a pedra angular da comunicação humana e a chave para a cooperação global**

  O princípio básico para a compreensão das implicações linguísticas e culturais da cooperação regional ou continental é o seguinte: uma vez que a língua é a pedra angular da comunicação humana e é a chave para a cooperação global, nenhum processo que envolva a mobilidade de estudantes e pessoal, através ou para além do continente e/ou o intercâmbio de conhecimentos especializados e de resultados de investigação, bem como a partilha de informações técnicas sobre ciência e tecnologia, pode ignorar a dimensão linguística dessa colaboração.

- **Promover uma abordagem da base para o topo**

  One of the major assumptions of this brief is that there cannot and should not be a top-down approach to language issues that is **elaborated by consultants and imposed on states** which are sovereign in terms of language policy decisions. The policy guidelines will need to be Um dos principais pressupostos deste documento é que não pode, nem deve, haver uma abordagem de cima para baixo das questões linguísticas **elaborada por consultores e imposta aos Estados** que são soberanos em termos de decisões de política linguística. As directrizes políticas terão de ser

  - Examinadas para avaliar se são compatíveis com os princípios fundamentais em que se baseiam as decisões políticas em cada context nacional;
  - são exequíveis no âmbito da colaboração regional ou continental estabelecida;
  - acompanhadas e avaliadas após um período inicial durante o qual as propostas são pilotadas; e
  - flexíveis, de modo a permitir que as partes interessadas escolham as que mais se coadunam com as suas políticas, tanto no campo cultural como politico, bem
  - como com os requisitos dos objectivos estabelecidos quer nos contextos nacionais quer no quadro de colaboração previsto.

- **Ter em conta o custo do monolinguismo**

  Seria política, cultural e financeiramente dispendioso impor a utilização de uma língua (por exemplo, o inglês) a todas as instituições, a fim de reforçar a cooperação continental das IES no continente africano. As IES africanas podem acabar por consolidar a globalização numa perspetiva linguística e cultural (Phillipson: 1997 & 2008). Além disso, a anglicização colocará encargos linguísticos e financeiros sobre os recursos limitados disponíveis para o ensino superior no continente. Para além dos custos acima mencionados, há que sublinhar dois outros custos significativos.

    - Em primeiro lugar, numa perspetiva educativa, Airey et al. (2017) demonstraram que os estudantes ensinados numa língua estrangeira demoram mais tempo a obter resultados do que os que são ensinados numa primeira língua (L1). Além disso, as investigações de Lehtonen et al. (in Airey et al.: Ibid.), nos programas de mestrado de dois anos da Finlândia, indicaram que os estudantes apresentam problemas na

utilização da linguagem concetual quando utilizam uma língua que não é a sua L1.

- Em segundo lugar, nos países que se encontram nas primeiras fases de democratização do ensino superior, a utilização de uma língua estrangeira no ensino e na aprendizagem pode ter impacto no acesso ao ensino superior dos estudantes provenientes de meios familiares desfavorecidos. Por outras palavras, a utilização de uma língua estrangeira pode ter custos educativos e sociais consideráveis.

# RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

- **Languages for Regional and Continental Integration - Línguas para a integração regional e continental**

  Os papéis e as funções das línguas dependerão da natureza e da extensão da colaboração das IES visadas. Estas metas e objectivos variam, entre outros aspectos, desde uma abordagem de integração que se refere à forma mais intensiva de colaboração até formas específicas de colaboração, como a criação de um sistema comum de créditos para a mobilidade do pessoal e dos estudantes e/ou o desenvolvimento de normas e orientações para a garantia da qualidade. Cada um dos exemplos apresentados tem o seu próprio conjunto de implicações linguísticas. A este respeito, serão agora analisadas algumas das principais questões que poderão constituir as bases de potenciais decisões em matéria de política linguística.

- **As universidades e a promoção das línguas indígenas**

  Nos quadros de cooperação continental e regional, as universidades africanas deveriam contribuir para o desenvolvimento das línguas autóctones, para que possam ser utilizadas como veículos de comunicação e de conhecimento em certos domínios específicos da vida moderna. Parte da missão das universidades poderia consistir em contribuir para a normalização e a intelectualização das línguas que não têm uma tradição escrita. Além disso, as línguas, literaturas e culturas africanas poderiam ser incluídas nos programas de ensino de todas as universidades africanas. Estas línguas poderiam ser utilizadas como meio de instrução em programas formais ou para apoiar estudantes com dificuldades de aprendizagem (tendo em conta o seu potencial sócio-cognitivo). O argumento relativo ao impacto positivo da utilização das línguas indígenas, sempre que possível, no ensino e na aprendizagem, está bastante bem documentado na literatura.
  Embora a decisão política deva ser tomada pelas entidades responsáveis pela gestão da integração regional ou continental das IES, a sua implementação seria da responsabilidade dos Estados e das universidades nacionais, embora o apoio técnico pudesse ser prestado por organismos regionais ou continentais.

- **Línguas transfronteiriças para uma cooperação regional intensiva**

  A promoção das línguas transfronteiriças, para efeitos de cooperação regional, deve ser considerada prioritária, uma vez que figura de forma proeminente na agenda dos decisores africanos. Por exemplo, a SADC criou a Associação Linguística das Universidades da SADC (LASU), em 1984. Um dos seus principais objectivos é promover

as línguas veiculares transfronteiriças na região, um objetivo que a associação continua a perseguir.

Este objetivo está, igualmente, em conformidade com o principal mandato da Academia Africana de Línguas (ACALAN), que consiste em definir estratégias para a promoção das principais línguas veiculares transfronteiriças, no continente, para fins de comunicação e integração. De facto, em 2002, a ACALAN (o braço linguístico da União Africana) foi criada com o objetivo de promover as línguas veiculares transfronteiriças na região da SADC.

Cinco das línguas faladas na região da SADC, designadamente, o Setswana, o Chinyanja, o Kiswahili, o Malgache e o Lingala, foram identificadas como línguas regionais. No entanto, destas cinco línguas, a língua que tem o maior potencial para iniciativas de colaboração transfronteiriça no ensino superior é o suahíli. Esta língua espalhou-se por mais de 14 países, nomeadamente a Tanzânia, o Quénia, o Uganda, o Ruanda, o Burundi, a República Democrática do Congo, o Sudão do Sul, a Somália, Moçambique, o Malawi, a Zâmbia e as Comores, bem como Omã e o Iémen, no Médio Oriente.

A outra língua veicular transfronteiriça que assumiu certas funções internacionais e técnicas é o árabe, embora seja necessário fazer uma distinção importante entre o árabe clássico e as línguas árabes vernáculas (deixarei este debate para outro dia). Enquanto o inglês, o francês e o português podem servir como línguas para a integração regional intensiva das IES nos respectivos países anglófonos, francófonos e lusófonos, pode defender-se uma integração regional intensiva (seletiva) utilizando o árabe (variantes clássicas ou dialectais) e, num futuro próximo, o suahíli.

- **A cooperação continental no ensino superior na perspetiva das línguas**

A cooperação no domínio do ensino superior ocupa um lugar de destaque na agenda das organizações internacionais africanas, como a União Africana, a Associação das Universidades Africanas e a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África. De uma perspetiva sociolinguística, seria mais fácil estabelecer uma colaboração entre os diferentes blocos linguísticos, como as instituições anglófonas, francófonas e arabófonas e as IES africanas ou as instituições lusófonas. Se, no entanto, os decisores quiserem envolver todos os países africanos, terão, em primeiro lugar, de identificar estrategicamente os objectivos estabelecidos e, em segundo lugar, terão de assegurar que as implicações linguísticas (e culturais) das suas decisões são tidas em consideração.

- **Desenvolvimento de pólos académicos com base em afinidades linguísticas**

Será difícil estabelecer uma colaboração entre todos os estudantes e todos os académicos de todas as disciplinas de todas as universidades africanas. É necessário identificar e constituir pólos académicos e estabelecer uma colaboração entre esses pólos. Por exemplo, a Universidade de Pretória, que desenvolveu competências internacionais no domínio das ciências veterinárias, pode oferecer apoio a todos os académicos e estudantes relevantes que desejem beneficiar dos recursos disponíveis na universidade nesse domínio. Para que tal aconteça, os estudantes e académicos terão de dominar o inglês, uma vez que é a língua de ensino, aprendizagem e investigação desta instituição. Embora a autora deste documento não possa determinar os objectivos que serão estabelecidos para um projeto de colaboração continental de IES, uma coisa

de que está convencida é que seria irrealista envolver todas as IES em todos os projectos de colaboração.

Embora a mobilidade entre blocos linguísticos possa facilitar os intercâmbios, os decisores deveriam considerar a possibilidade de mobilidade do pessoal académico e dos estudantes entre diferentes blocos linguísticos, devido aos benefícios linguísticos e culturais óbvios de tais intercâmbios. Os benefícios dos intercâmbios entre especialistas em línguas, literatura e cultura vêm obviamente à mente; no entanto, os especialistas de outras disciplinas podem também beneficiar desses intercâmbios.

## NOVOS HORIZONTES: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Muitos académicos acreditam que, embora a inteligência artificial levante questões de integridade académica no ensino superior, também pode ser fundamental para as universidades devido à oportunidade que pode proporcionar para aumentar a sua relevância e sustentabilidade. No domínio das línguas, os investigadores consideram que as plataformas linguísticas alimentadas por IA podem derrubar as barreiras linguísticas: podem ser oferecidos serviços de tradução, em tempo real, e os estudantes podem aprender com educadores que falam línguas diferentes. Mais importante ainda, os educadores podem utilizar plataformas alimentadas por IA para criar aulas em diferentes línguas, dando aos alunos a oportunidade de aprender na sua língua materna.

Por estas razões, num futuro próximo, estarão disponíveis no ensino superior novos produtos tecnológicos para a educação. Estes desenvolvimentos exercerão uma maior pressão sobre o ecossistema do ensino superior. Por razões que não serão discutidas aqui, este ecossistema é mais frágil no continente africano do que na América do Norte e na maioria dos países da Europa Ocidental. Para ser mais específico, nos próximos anos, as universidades africanas terão de tentar encontrar o equilíbrio certo entre a criação de orientações e normas para evitar que as ferramentas de IA prejudiquem a integridade académica e, ao mesmo tempo, beneficiar de tudo o que os novos modelos de IA lhes podem oferecer, não só integrando-os no seu ensino, mas utilizando-os também para a investigação e a administração.

A integração regional/continental do ensino universitário em África oferece uma oportunidade que não deve ser ignorada quando as autoridades universitárias africanas abordarem a questão da integração de modelos de inteligência artificial nos programas e projectos universitários. Nesse caso, serão, inevitavelmente, confrontadas com a questão da língua, especialmente se as universidades africanas adoptarem uma estratégia que vise reunir os seus recursos e conhecimentos. Algumas das estratégias mencionadas quando se debateu a questão das implicações linguísticas da integração regional/continental podem ser alargadas à questão da inteligência artificial:

- **Identificar as línguas transfronteiriças que podem servir para uma cooperação regional intensiva no domínio da inteligência artificial;**

- **Intelectualizar estas línguas para que estejam plenamente equipadas, tanto em termos de vocabulário como de sintaxe, para servir o objetivo da colaboração transfronteiriça em matéria de Inteligência Artificial;**

- **Desenvolver pólos académicos baseados em afinidades linguísticas e alargar a colaboração nestes pólos à Inteligência Artificial.**